



*Conselho Nacional de Justiça*

**Memória de Reunião**

**COMISSÃO PERMANENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INFRAESTRUTURA**

<b>Data</b>	<b>Horário</b>	<b>Local</b>
2/2/2016	10h	2º andar - Sala de Reuniões da Presidência I (213)

<b>Participantes (presencial)</b>	<b>Telefone/e-mail</b>
Gustavo Tadeu Alkmim - Conselheiro CNJ, Presidente da Comissão	(61) 2326-4904 <a href="mailto:gustavo.alkmim@cnj.jus.br">gustavo.alkmim@cnj.jus.br</a>
Fernando Cesar Baptista de Mattos - Conselheiro CNJ, Membro da Comissão	(61) 2326-4903 <a href="mailto:fernando.mattos@cnj.jus.br">fernando.mattos@cnj.jus.br</a>
Bruno Ronchetti de Castro - Conselheiro CNJ, Membro da Comissão	(61) 2326-4962 <a href="mailto:bruno.ronchetti@cnj.jus.br">bruno.ronchetti@cnj.jus.br</a>
Carlos Eduardo Oliveira Dias - Conselheiro CNJ, Membro da Comissão	(61) 2326-4574 <a href="mailto:carlos.dias@cnj.jus.br">carlos.dias@cnj.jus.br</a>
Carlos Augusto de Barros Levenhagen - Conselheiro CNJ, Membro do Grupo de Trabalho	(61) 2326-4579 <a href="mailto:carlos.levenhagen@cnj.jus.br">carlos.levenhagen@cnj.jus.br</a>
Arnaldo Hossepian Lima Húnior - Conselheiro CNJ, Membro da Comissão	(61) 2326-4580 <a href="mailto:arnaldo.lima@cnj.jus.br">arnaldo.lima@cnj.jus.br</a>
Luiz Cláudio Silva Allemand - Conselheiro CNJ, Membro da Comissão	(61) 2326-4559 <a href="mailto:allemand@cnj.jus.br">allemand@cnj.jus.br</a>
Bráulio Gabriel Gusmão - Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ	(61) 2326-4754 <a href="mailto:braulio.gusmao@cnj.jus.br">braulio.gusmao@cnj.jus.br</a>
Marcelo Lauriano Lúcio - Diretor de Departamento	(61) 2326-5318 <a href="mailto:marcelo.lauriano@cnj.jus.br">marcelo.lauriano@cnj.jus.br</a>

## **Pauta - Considerações - Deliberações**

### **4ª Reunião da Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura**

#### **I - Considerações iniciais**

O Presidente da Comissão abriu a reunião e seguiu a pauta previamente encaminhada aos demais membros da Comissão.

#### **II - Tópicos discutidos**

##### **1. Cronograma de implantação do PJe 2.0 e do Escritório Digital. Estratégias e Providências.**

O Conselheiro Luiz Cláudio Allemand pediu a palavra para destacar a importância de fixação de um cronograma para implantação do PJe e do Escritório Digital.

Quanto ao Escritório Digital, o Juiz Auxiliar Bráulio Gusmão indagou aos Conselheiros sobre possíveis dúvidas acerca do sistema e esclareceu que num primeiro momento o sistema será utilizado pela advocacia, mas posteriormente poderá ser disponibilizado para a Defensoria Pública, Procuradorias e até mesmo para o Ministério Público.

Esclareceu que o Modelo Nacional de Interoperabilidade - MNI é um protocolo que viabiliza o Escritório Digital, mas o ritmo de adesão está lento, embora o Presidente tenha convidado os Tribunais a aderirem ao modelo. Ressaltou a importância do trabalho conjunto entre Tribunais e destacou ainda que a complexidade para a implementação do MNI é baixa, não demandando previsões orçamentárias altas.

A Comissão convencionou manter diálogo direto entre os Conselheiros e os TRTs e os TJs.

No que concerne ao PJe 2.0, o Juiz Auxiliar Bráulio Gusmão previu a homologação do painel do magistrado até o final de março/16.

Sobre a Maratona do PJe, o Juiz Auxiliar Bráulio Gusmão disse ter havido inscrição de 36

equipes, que foram treinadas no fim do mês de janeiro/16 e a previsão é de que o encerramento da competição ocorra no início de março/16.

O Juiz Auxiliar Bráulio Gusmão salientou que a Comissão Julgadora dos projetos deve ser multidisciplinar, com caráter técnico e de avaliação geral, então a Comissão decidiu indicar os Conselheiros Carlos Levenhagen, Carlos Eduardo Dias e Luiz Cláudio Allemand para participarem da avaliação geral.

## **2. Plenário virtual. Formatação dos acórdãos. Consulta pública.**

O Juiz Auxiliar Bráulio Gusmão informou sobre mudança na consulta pública do plenário virtual para constar *link* para acesso à ementa, ao relatório e ao voto do relator, bem como aos eventuais votos convergentes e divergentes proferidos.

As próximas alterações ocorrerão em breve e consistirão na possibilidade de o Conselheiro escolher o tipo de pauta para o qual o procedimento deve ser encaminhado, se virtual ou presencial, bem como na definição do encaminhamento do procedimento que é retirado do do plenário virtual.

Sobre a formatação dos acórdãos, o Juiz Auxiliar Bráulio Gusmão disse que na próxima reunião terá mais informações a repassar para a Comissão.

## **3. Convênio STF-MPF. “Prazo de graça”. Resolução CNJ nº 185/2013.**

O Presidente da Comissão fez referência ao material encaminhado pela Secretaria-Geral da Presidência do STF sobre a possibilidade de adequação da Resolução CNJ 185/2013 para definição do “prazo de graça” e fixação do início da contagem do prazo no primeiro dia útil seguinte à intimação.

O Presidente da Comissão enviará por e-mail aos demais membros da Comissão o material encaminhado pelo STF e o tema deverá ser discutido na próxima reunião da Comissão.

## **4. Projetos: a) Arquivo e preservação de documentos; e**

### **b) Busca inteligente. Avaliação.**

O Presidente da Comissão disse ter tido notícia sobre o trabalho desenvolvido no PRODASEN quanto ao arquivo e à preservação de seus documentos digitais, por meio do padrão PDF-A, e ponderou sobre a importância de o CNJ também fixar padrões para a preservação de seus documentos digitais e uniformizar o assunto para os demais órgãos do Poder Judiciário.

O Presidente da Comissão e o Juiz Auxiliar Bráulio Gusmão disseram ter participado de reunião sobre busca inteligente e gostariam de viabilizar uma apresentação do tema para os demais membros da Comissão.

O Presidente da Comissão definirá data no mês de março/16 para realização de reunião sobre os assuntos referidos.

## **5. Bacen-jud.**

A Comissão definiu a atuação conjunta dos Conselheiros Fernando Mattos, Carlos Eduardo Dias e Bruno Ronchetti nos temas relativos ao Bacen-jud.

## **III - Considerações finais**

A próxima reunião da Comissão será agendada para o mês de março/16.